



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A ESCOLA COMO *LOCUS* DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MÉLO¹, C. T. de *Universidade Estadual da Paraíba* - Sol_lanny@hotmail.com
MATOS², J. da S. *Universidade Estadual da Paraíba* - Josicleide.mattos@gamil.com
PEQUENO³, M. G. C. *Universidade Estadual da Paraíba* - goreteuepb@gmail.com

Resumo

A sociedade contemporânea enfrenta uma crise, que conglomerada seus diversos domínios, orientada por um sistema capitalista, que propõe o consumo exacerbado e o acúmulo de riqueza como indispensáveis para uma "Vida Feliz". Compreendendo o "ambiente equilibrado" como um direito constitucional torna-se imprescindível um diálogo entre os diversos atores sociais, por meio da educação, que promova o debate e a reflexão acerca da crise ambiental, como uma questão de responsabilidade individual e coletiva, na perspectiva da cidadania. Uma escola que promova cidadania, precisa gerar espaços de diálogo e participação que leve os sujeitos a se reconhecerem como parte de um todo, e responsáveis pelo meio em que vivem a partir da Educação Ambiental. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a abordar o papel da escola como *locus* privilegiado para a promoção da cidadania por meio da Educação Ambiental. Resulta da vivência em projetos de PIBIC e Extensão, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB desenvolvidos em uma escola Municipal de Campina Grande-PB, nos moldes da pesquisa ação, na perspectiva colaborativa, por meio de dinâmicas, entrevistas, oficinas, estudo do meio, rodas de conversa e visitas de intercâmbio. Envolve um escolar e professoras e estudantes de graduação do Centro de Integração Acadêmica do Campus I-UEPB. Os resultados evidenciaram que a escola pode se constituir um *locus* para a promoção da cidadania ambiental, a partir criação de espaços de diálogo e participação que desperte os estudantes a uma visão crítica diante da crise ambiental, visando a transformação da realidade de forma individual e coletiva.

Palavras-chave: Crise Ambiental. Escola. Educação Ambiental. Cidadania.

¹ Autora

² Co-Autora (1)

³ Orientadora

Introdução

A discussão acerca da crise ambiental vem ocorrendo há várias décadas, mas ainda se constitui palco de interesse de poucos e limitada, muitas vezes, a categoria de natureza. Ignorando, assim, que ela engloba todos os aspectos que envolvem a vida na Terra, ou seja, as relações dos seres humanos consigo mesmo, com os outros, com os bens naturais e todos os demais aspectos que envolvem a vida em sociedade.

Essa crise, que conglera os domínios sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, dentre outros, vem se intensificando, em um curto período, norteadas por um sistema capitalista, que propõe o consumo exacerbado e o acúmulo de riqueza como indispensáveis para uma "Vida Feliz".

Nesse cenário de "compra e venda da felicidade" em troca de vantajosos lucros e acúmulo de capital, a crise ambiental, torna-se um desafio a ser discutido em todos os âmbitos da sociedade, na busca de possíveis ações, que venham promover mudanças nessa realidade que promove o descuido (BOFF, 1999), a desumanização e amplia, cada vez mais, a desigualdade social.

Os bens naturais não podem ser considerados "propriedade" de alguns mas de todos os cidadãos e cidadãs, outorgado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) que prevê, no Art. 225, o direito "ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida". Mas também, evidencia que esse direito implica no dever do Poder Público e da coletividade "de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações".

Sendo assim, cada cidadão e cidadã deve exigir esse direito e exercer esse dever e não se deixar oprimir por um modelo esmagador da liberdade do pensar, do fazer e do agir, mas se inserir em um movimento de busca de libertação, no sentido posto por FREIRE (2013, p. 126) "Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me



comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção”.

Logo, torna-se imprescindível promover um diálogo entre todos os setores da sociedade, por meio da Educação Ambiental que promova o debate e a reflexão acerca da crise ambiental, como uma questão de responsabilidade coletiva, na perspectiva da cidadania.

Nesse contexto, esse trabalho, como resultado da vivência em Projetos de PIBIC e Extensão, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB se propõe a abordar o papel da escola como locus privilegiado para a promoção da cidadania por meio da Educação Ambiental.

Situando a Crise Ambiental Contemporânea e a Escola como *locus* de Promoção da Cidadania por meio da Educação Ambiental

O atual modelo de sociedade capitalista vem se constituindo como uma "casa de paredes frias" e alicerces frágeis baseados no descuido com seus habitantes, e na fragmentação das relações entre os indivíduo a sociedade e a natureza.

Esse modelo construído a partir dos valores do mercado orientados pelo capitalismo predatório, que dissemina a cultura do consumismo, como algo necessário à vida, explora os bens naturais à exaustão. De acordo com Martinez (2006) há uma milenar exploração e uso dos recursos naturais, de forma devastadora, pelas sociedades humanas.

É um contexto que engloba o social, econômico, político, cultural, dentre outros, tem instituído relações humanas frias, marcadas pelo descuido, o individualismo e a busca do ter em detrimento do ser, desenvolvendo um ambiente desumano, no qual prevelece o velho bordão “hoje só vale quem tem”.



Entretanto, são inúmeros os indícios de desmoronamento desse sistema e da necessidade de buscarmos novos caminhos para construir um futuro diferente. Conforme Jacob, (2003) a reflexão acerca da complexidade da crise socioambiental se apresenta como uma oportunidade de gestão dos “novos” atores sociais que se mobilizam a partir da realidade na construção de um processo educativo articulado e compromissado com a participação para transformação dessa realidade.

Na perspectiva de Barcelos (2012) entendemos, hoje, a complexidade dos problemas ambientais, a multiplicidade e diversidade de suas origens, dos atores envolvidos e dos interesses que estão em jogo. Além das relações de poder que são extremamente fortes e geralmente muito distintas e desiguais entre os atores instituições em situações diversas. E acrescenta que "são tais características que acabam nos mostrando os verdadeiros paradoxos que enfrentamos quando vamos tratar das questões ambientais (BARCELOS, 2012, p.59).

Em meio a esses desafios a educação é reconhecida como um meio viável à implementação de possíveis mudanças que venham a contemplar um novo cenário de uma sociedade promotora de cidadania. Ao mobilizar pessoas todas as camadas sociais para a construção de um ambiente equilibrado e pertencente a todos/as.

Sendo assim, é fundamental despertar nos sujeitos uma consciência que o desperte para realidade do seu contexto, pois só a ele cabe construir, destruir e reconstruir, uma vez que são seres de práxis. De acordo com Freire (1981, p.145) "se os homens são seres do 'que fazer' é exatamente porque o seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo".

Nesse sentido, precisamos desenvolver uma educação que conforme Barcelos (2012, p.15) promova “o descontentamento e a não aceitação passiva do que está acontecendo no mundo e que pode suscitar nossa criação imaginativa no sentido de se construírem alternativas tanto de pensamento quanto de ações”.



A Educação Ambiental - EA, uma dimensão do processo educativo, é regulamentada pela Constituição Federal de 1988, como direito de todos e dever do Estado e pela Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei 9.795/99) como “um componente essencial e permanente” da educação nacional, que deve ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas de todos os níveis e modalidades.

Na perspectiva da cidadania, a EA precisa ter um caráter crítico e participativo que leve os sujeitos a se reconhecerem como parte de um todo e também corresponsáveis pelo meio em que vivem, visando deixá-lo melhor para as gerações futuras. De acordo com Morin (2011, p.13) “a humanidade precisa de mentes mais abertas, escutas mais sensíveis, pessoas responsáveis e comprometidas com a transformação de si e do mundo.”

Nesse contexto a Educação Ambiental, na perspectiva humanista e libertadora (PEQUENO, 2014), que provoque processos de mudanças sociais e culturais que visem obter do conjunto da sociedade a sensibilização acerca da crise ambiental na busca de mudar os padrões de uso dos bens ambientais e estimular a tomada de decisões a esse respeito (CARVALHO, 2008). Esse processo deve ocorrer em todos os segmentos da sociedade, e, principalmente, no âmbito da escola.

A escola sendo uma das instituições da sociedade que tem a função social de formar cidadãos e cidadãs cientes de seus direitos e deveres, deve buscar uma educação eficaz para um pensar crítico e reflexivo acerca dos valores que são transmitidos entre as gerações e o contexto social. “Nesta perspectiva, o educando deve ser estimulado a uma reflexão crítica para se transformar individualmente e, ao mesmo tempo, subsidiar uma prática que busque intencional e coletivamente transformar a sociedade” (GUIMARÃES, 2007, p.91).

Diante disso, uma escola comprometida com o seu tempo se constitui em um espaço aberto para experimentar outras possibilidades de educação. Ainda segundo



Guimarães (2007) o prazer do educador, nessa perspectiva ambiental não é a certeza dos resultados, mas a construção de possibilidades e reflexões que proporcionem aprendizagem, respeito às múltiplas formas de vida e a esperança de construção de um mundo melhor que contemple todos, ou seja, “igualitário, culturalmente diverso e ecologicamente viável”.

Nessa perspectiva de busca de uma educação que promova cidadania, na qual o sujeito participe como agente transformador do mundo, ao mesmo tempo em que é transformado por ele, não pode esquecer que a utopia é combustível contra uma realidade que uma minoria sonha para todos. De acordo com FREIRE (2013, p.65) “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar”.

Libâneo (1998) afirma que a escola com a qual sonhamos deve assegurar a todos a formação que ajude o aluno a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

Dessa forma a Educação Ambiental, na perspectiva da cidadania, é um processo que concretiza as inquietações dos indivíduos, que sonham e lutam por um mundo que pertença a todos e todas, é alicerce para construção do "sonho possível" de "reinventar a escola", na perspectiva apresentada por Candau (2013).

Para essa autora essa reinvenção é uma tarefa complexa que envolve diversos aspectos e desafios, uma vez que essa organização, frente aos desafios do atual contexto, é chamada a ser "mais que um *locus* de apropriação do conhecimento socialmente relevante, o científico, um espaço de diálogo entre diferentes saberes e linguagens". No qual a "rigidez de que se reveste em geral a organização e a dinâmica pedagógica", ceda lugar a "dinamicidade, a flexibilidade e a diversificação" dentre outros aspectos (CANDAU, et al 2013, p. 14).

Enfim, é uma escola acolhedora e promotora de um novo tempo no qual haja



lugar para o sonho e a esperança de uma sociedade mais humanizada e um mundo no qual todas as pessoas sejam percebidas como gente e se sintam respeitadas e valorizadas em seus direitos e cumpram seus deveres. Ou, em outras palavras, uma escola que educa para/na cidadania é aquela que se projeta para além de seus muros e promove transformações no contexto no qual está inserida.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida entre o segundo período de 2014 e o primeiro de 2015, nos moldes da pesquisa-ação, na perspectiva colaborativa, em um processo de integração entre representantes da escola e estudantes e docentes da universidade. O *locus* foi constituído por uma escola municipal de Campina Grande-PB e o Centro de Integração Acadêmica da UEPB a partir dos projetos de PIBIC e Extensão. Envolveu estudantes do curso de Pedagogia e representantes da comunidade escolar, por meio de dinâmicas, entrevistas, oficinas, estudo do meio, rodas de conversa e visita de intercâmbio.

A pesquisa colaborativa é concebida como uma prática que contribui para produção de conhecimentos de forma compartilhada. Para Ibiapina (2008, p.23) o intuito dessa pesquisa é indagar a respeito da realidade, por meio do trabalho conjunto de investigadores e educadores na implementação de mudanças, na análise de problemas, no compartilhamento de responsabilidades e na tomada de decisões e realização das tarefas de investigação.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento das ações dos projetos, tanto na escola quanto na Universidade, na busca de promover novas formas de pensar e agir acerca das relações que estabelecemos com o ambiente e com os seres que nele habitam, na perspectiva da



cidadania, foi orientado por algumas possibilidades e muitos desafios.

Dentre as ações desenvolvidas destacamos o Curso de Extensão em Educação Ambiental que foi realizado no Centro de Integração Acadêmica e envolveu alunos/as dos cursos de graduação em Geografia, Letras, Filosofia e Pedagogia, Física e Biologia. Esse curso abordou o tema: problematizando a crise ambiental contemporânea e o papel da Educação Ambiental, na perspectiva da Cidadania e foi aberto à participação de estudantes de graduação de todas as áreas.

É importante resaltar que apesar das 40 vagas terem sido preenchidas durante as inscrições, só participaram do curso 19 estudantes, fato que evidencia uma certa ausência de compromisso por parte dos mesmos, uma vez que outros que também tinham interesse foram impedidos de participar.

Outra ação desenvolvida foi a organização e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - ComVida, da escola com a participação de representantes de estudantes de todas as turmas, professoras/es, pais de alunos/as e da comunidade. A ComVida na escola vem sendo constituída por meio de um processo de formação a partir de reuniões, vivências e outros processos educativos como a Visita de Intercâmbio ao Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com o objetivo de compreender a problemática da escassez de água na região e algumas alternativas para o seu enfrentamento (Figura 01).

A ComVida é uma forma de organização que busca “dá voz” às crianças, adolescentes e jovens, por meio da oportunidade de opinar sobre as decisões e demandas do meio em que vivem e a buscar de soluções, por meio de ações e vivências coletivas, visando à transformação do indivíduo e a subsequente transformação da realidade

Dessa forma, essas ações podem contribuir para a aprendizagem e a vivência da cidadania, ao promover espaços de diálogo e participação envolvendo as instituições educacionais e a comunidade.



Entretanto, é um processo ainda permeado por fragilidades e desafios, dentre os quais ressaltamos: a ausência de projetos coletivos nas instituições educacionais, a forma de organização dessa instituição que não favorecem a participação efetiva de alunos/as nas decisões, além das políticas públicas e projetos educacionais que nem sempre atendem as demandas da realidade, dentre outros.

Convém constatar que nem sempre a forma de organização dos espaços e tempos foram favoráveis para a realização das ações e para uma efetiva intervenção na realidade, principalmente em relação a necessidade de "dar voz" para eles/as, aspecto imprescindível na formação para e na cidadania.

Considerações Finais

Mesmo diante dos desafios as ações realizadas pelos projetos contribuíram para desenvolver um novo olhar diante do atual contexto e da forma de nos relacionar com o ambiente e com os seres que nele coexistem.

Reconhecemos a escola como um espaço onde germinam as sementes do hoje e o cultivo dos frutos que colheremos tanto hoje quanto no futuro, uma vez que conforme Candau (2013, p. 14) é uma instituição que em sua curta história vem sendo "orientada para promover a apropriação do conhecimento considerado socialmente relevante e a formação para a cidadania".

Sendo a escola um espaço de diálogo, mobilização e participação que se propõe a reunir pessoas em torno da melhoria do ambiente e do desenvolvimento das comunidades, pode se constituir em um *locus* privilegiado para a consolidação da cidadania, por meio da Educação Ambiental, ao proporcionar a comunidade espaços de diálogo, participação e análise da realidade.

Entretanto, essa efetivação na perspectiva de Candau (2013, p.15) exige a 'reinvenção da escola' "a partir de uma abordagem que concebe a cidadania como uma prática social cotidiana que perpassa os diferentes âmbitos da vida". Que contribui para a concretização do sonho de construção de sociedades onde os direitos de justiça,



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

solidariedade e felicidade sejam para todos/as.

Referências

BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental: Sobre princípios, metodologias e atitudes**. 4.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

BOFF, L. **Saber Cuidar - Ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário 6367 Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p.138.

CANDAU, V. M. Construir Ecossistemas Educativos - Reinventar a escola. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Reinventar a Escola**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo : Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

-----**Pedagogia do Oprimido**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola**. 2007.

IBIAPINA, I. M. L.M. *Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

JACOB, P. *Educação Ambiental Cidadania e Sustentabilidade*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 118. p, 189-205, março/2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários á educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PEQUENO, M. G. C. **Formação Docente e Educação Ambiental no Contexto da Educação Básica: por uma Pedagogia do Cuidado.** In: XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN. UFRN/PPGE. Natal, RN, 2014.